

A nova Constituição brasileira

RONALDO COSTA COUTO - 8 AGO 1986

A Nova República veio para mudar. Sua tarefa básica é a construção de um novo Brasil. O Brasil do desenvolvimento, da plenitude democrática, do estado do direito e da justiça social. Brasil do povo brasileiro.

Este seminário que o Ministério do Interior e a Fundação Projeto Rondon promovem é um exercício de enxergar à frente, olhar para o futuro. Um exercício democrático de debater, avaliar, criticar, interpretar, sugerir e, sobretudo, de conscientizar a respeito dessa tarefa histórica: a nova Constituição brasileira.

Pela qualidade e sabedoria dos brasileiros que falam nesse encontro, estou aqui sobretudo para aprender. Mas permito-me trazer algumas idéias e preocupações. Que são minhas e, estou seguro, de milhões de outros cidadãos brasileiros que amam este País e têm compromisso com seu povo.

Preocupa-me que, a 90 dias das eleições que vão eleger os futuros constituintes, o tema — tão grave e tão importante — não tenha ainda empolgado a opinião pública. Pesquisa recente mostrou que menos de um terço da população tem informações claras sobre o que é a Constituinte.

É indispensável que todos tenham plena consciência de que, ao votar em 15 de novembro para o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, estarão dando uma procuração de plenos poderes aos eleitos. Estaremos constituindo nosso bastante procurador alguém para debater e, mais que isso, decidir sobre matérias que, em tese, podem envolver até a escolha:

- do regime de Governo — por exemplo: monarquia ou república?
- do sistema de Governo — presidencialismo, parlamentarismo ou sistema misto?
- da organização do Estado — federativo ou unitário?

O voto será um cheque em branco que permite mudar objetivos, normas, forms, valores, direitos e obrigações em nossa sociedade.

Haja consciência!

Os constituintes vão decidir sobre a estrutura e o funcionamento dos poderes da República: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário; sobre a efetiva garantia da autonomia dos Estados e municípios, inclusive estabelecendo os princípios básicos da distribuição da renda tributária, sobre os direitos individuais, tais como as garantias de acesso à justiça; da igualdade perante a lei; da segurança pública e da paz social; sobre a ordem econômica e social, garantindo a proteção do trabalhador, e a preservação da iniciativa privada; sobre os direitos políticos, enfim, um sem-número de questões cruciais à vida de todos e de cada um no presente e no futuro.

Somente para ilustrar, eis alguns temas fundamentais e palpitantes, na área do Ministério do Interior, regidos

diretamente pela carta magna: divisão territorial do País, organização e coordenação da defesa civil, formulação e execução de programas de desenvolvimento regional, migrações internas, proteção ao índio, principalmente pela regularização de suas terras e preservação de sua cultura.

Assim, a Constituinte é fundamental também para o Ministério do Interior. Nós lidamos diretamente com o subdesenvolvimento do País. O Minter tem presença em todo o território nacional, com responsabilidades em assuntos que incluem desenvolvimento regional, índice e informática; bancos e territórios; estudantes do Projeto Rondon e defesa civil; administração de incentivos fiscais e programas de fronteiras; programas de desenvolvimento comunitário e divisão territorial; administração de empresas públicas e outros.

Por tudo isso, é imperioso participar.

Mas que ninguém se iluda: a nova Constituição não será a panacéia do subdesenvolvimento. Não será vara de condão, capaz de exorcizar nossas misérias e seqüelas econômicas e sociais. E por mais sábios que sejam seus preceitos, sequer terá grande influência, se estes não estiverem sintonizados e apoiados na verdadeira realidade política, econômica e social do País.

A Constituição não poderá ser prisioneira de conveniências conjunturais. De caprichos casuísticos. Terá de ser elo formal, sagrado, e compartilhado entre a sociedade brasileira de hoje e o novo Brasil, plenamente democrático e desenvolvido que queremos.

Por definição, o poder constituinte emana do povo. Mas é preciso que emane de fato do povo, que reflita os anseios e sentimentos de todos os segmentos da sociedade. Ou não será autêntico nem eficaz.

Entendo que a nova Constituição será esplêndida ou medíocre, na medida em que reflita ou não os problemas e os sonhos viáveis do povo brasileiro.

Estamos diante da preciosa oportunidade de lançar sólido alicerce e sobre ele construir um grande país livre e soberano, democrático e desenvolvido, com uma economia competitiva e forte, com justiça social e bem-estar para seu povo.

O novo Brasil é viável.

O povo é bom e trabalhador; o solo é fértil; o subsolo rico, o clima adequado, a cultura notável e pluralista; a unidade nacional sólida.

E hora de pensar grande.

De sepultar a mediocridade.

E tempo de dar consequência à brasilidade.

De mudar o Brasil.

Costa Couto, economista, é ministro do Interior. Esta palestra foi feita na abertura do Seminário sobre a Constituinte promovido pelo Projeto Rondon